

Fundação Ventura José Fernandes

Anexo 2018

Modelo NCRF-ESNL

1. Identificação da entidade

A Fundação Ventura José Fernandes, NIF. 501 631 690, é uma Fundação com sede na Avenida António José D'Almeida, N° 25, 2530-113 Lourinhã, exercendo a actividade de apoio social.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras é a normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), instituída pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

3.1.1 Activos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo histórico.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas máximas [(ou mínimas)] definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 [e/ou] no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas com reparação e manutenção, desde que não contribuam para o aumento da vida útil dos mesmos, são considerados como gasto no período em que ocorrem.

3.1.2 Regime do acréscimo

De acordo com o regime do acréscimo, os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.1.3 Contratos de locação financeira:

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado como investimento, a correspondente responsabilidade é contabilizada no passivo e os juros registados como gastos do exercício. As depreciações são calculadas de acordo com o descrito no ponto 3.1.1 acima.

3.1.4 Activos e passivos financeiros

3.1.4.1 Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, por forma a reflectir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objectiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não será recuperável. O desreconhecimento das dívidas de clientes ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do activo financeiro se realizam, expiram ou são transferidos para outra entidade.

3.1.4.2 Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas.

3.1.4.3 Caixa e depósitos bancários

Os valores incluídos nestas rubricas traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no activo corrente.

3.1.5 Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da actividade ordinária da empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. A entidade reconhece o rédito sempre que este possa ser fiavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros e os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador.

4. Activos fixos tangíveis

4.1. Divulgações gerais

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo histórico. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo [(e/ou modelo de revalorização)]. Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

4.2 Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no e fim do período

Activos Tangíveis	2018	2017
Activo Bruto:		
Saldo Inicial	758.408,00 €	758.408,00 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Alienações e Abates	0,00 €	0,00 €
Outras Operações	0,00 €	0,00 €
Saldo Final	758.408,00 €	758.408,00 €
Amortizações:		
Saldo Inicial	7.388,00 €	7.388,00 €
Reforço	0,00 €	0,00 €
Regularizações	0,00 €	0,00 €
Saldo Final	7.388,00 €	7.388,00 €
	751.020,00 €	751.020,00 €

4.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os activos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Activo Tangível – 2018						
	Saldo em 01-01-18	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-12-18
<i>Custo</i>						
Terrenos Recursos Naturais	676.875,00 €					676.875,00 €
Edifícios Out. Construções	80.625,00 €					80.625,00 €
Equipamento Administrativo	908,00 €					908,00 €
	758.408,00 €					758.408,00 €
	Saldo em 01-01-18	Reforços	Reduções		Outras Operações	Saldo em 31-12-18
<i>Depreciações Acumuladas</i>						
Terrenos Recursos Naturais	0,00 €					0,00 €
Edifícios Out. Construções	6.480,00€					6.480,00€
	908,00 €					908,00 €
	7.388,00 €					7.388,00 €
Total	751.020,00 €					751.020,00 €

Activo Tangível – 2017						
	Saldo em 01-01-17	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	Saldo em 31-12-17
<i>Custo</i>						
Terrenos Recursos Naturais	676.875,00 €					676.875,00 €
Edifícios Out. Construções	80.625,00 €					80.625,00 €
Equipamento Administrativo	908,00 €					908,00 €
	758.408,00 €					758.408,00 €
	Saldo em 01-01-17	Reforços	Reduções		Outras Operações	Saldo em 31-12-17
<i>Depreciações Acumuladas</i>						
Terrenos Recursos Naturais	0,00 €					0,00 €
Edifícios Out. Construções	6.480,00€					6.480,00€
	908,00 €					908,00 €
	7.388,00 €					7.388,00 €
Total	751.020,00 €					751.020,00 €

5. Impostos sobre o rendimento

A Fundação é uma entidade do sector não lucrativo isenta de IRC. Contudo os rendimentos resultantes de actividades foram do objecto social da Fundação estão sujeitos a IRC à taxa de 21%.

6. Instrumentos financeiros

6.1 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados pelo método do justo valor com contrapartida em resultados. Na mensuração inicial do activo os gastos de transacção não são incluídos sendo levados directamente a resultados do período.

6.2 Cotação de mercado

À data de 31 de Dezembro de 2018 os instrumentos financeiros da Fundação estavam cotados em € 9.497,47. Este valor corresponde a um fundo de acções valorizado em € 9.353,78 e a um fundo de obrigações valorizado em € 143,69.

7. Capital Próprio

7.1. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios

RUBRICAS	31 DEZEMBRO 2018					
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Aplicação	Transferência	Saldo Final
Capital						
Reservas						
Resultados Transitados	424.053,59			-1.036,17		423.017,42
Outras Variações CP	738.951,41					738.951,41
Resultado Líquido	-1.036,17		1.483,56	1.036,17		-1.483,56
Total do Capital Próprio	1.161.968,83		-1.483,56	0,00		1.160.485,27

RUBRICAS	31 DEZEMBRO 2017					
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Aplicação	Transferência	Saldo Final
Capital						
Reservas						
Resultados Transitados	416.407,20			7.646,39		424.053,59
Outras Variações CP	738.951,41					738.951,41
Resultado Líquido	7.646,39		1.036,17	-7.646,39		-1.036,17
Total do Capital Próprio	1.163.005,00		-1.036,17	0,00		1.161.968,83

Lisboa, 12 de Março de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Diogo Alberto Calado Fernando
CC N° 64531

A AMINISTRAÇÃO